



**CONSELHO
ESTADUAL
DOS DIREITOS
INDÍGENAS - RJ**

Ata da reunião de Rio Pequeno

Ata da reunião ordinária do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) – realizada em Rio Pequeno – Paraty/RJ – em 28 de Junho de 2019.

Presentes:

Nino Benite da Silva (Aldeia Araponga), João Mendonça Martins Filho (Aldeia Rio Pequeno), Vanderlei da Silva (Aldeia Céu Azul), Vilmar Vilharves (Aldeia Mata Verde Bonita), Maria Tania Francisca Ribeiro (Aldeia Pataxó de Iriri), Açucena Ribeiro (Aldeia Pataxó Iriri), Sérgio Ricardo Verde Potiguara (GRUMIM – Rede Grumin de Mulheres Indígenas), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ – Instituto dos Saberes dos Povos Originários Aldeia Jacutinga), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA – Associação Universitária Latino Americana), Carlos Tukano (AIAM – Associação Indígena Aldeia Maracanã), Luana Braz (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), Graciela Pagliaro (Secretaria de Estado e Saúde), Diana Anastacia (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa), Rosângela Nunes (FUNAI – Fundação Nacional do Índio), Mauro Adriano (UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro), Robson Fernandes (convidado), Leonel Gruê (convidado), Ronia das Graças Batista (Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda), Marcia Mendonça (Aldeia Rio Pequeno), Sonia N. Martine (Aldeia Rio Pequeno), Maura da Silva (Aldeia Rio Pequeno), Caila Ceridi R. Vieira (Aldeia Pataxo), Jade Aqualuza (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas).

Ordem do dia:

A reunião começa com a discussão sobre a necessidade de terras próprias para o plantio, estabelecem-se pontos sobre APA's (Áreas de Proteção Ambiental), pedaços de terra onde não são permitidos a alteração do espaço físico, pois irá gerar um impacto ambiental. Assim foi pedida análise dos espaços de Ponta Negra e Espreado, onde se faz necessário a visita dos órgãos competentes. O cacique Demercio fala sobre a demarcação de terras indígenas, deixando em evidência a falta de respeito com o povo originário, que está sendo afrontado pelos vizinhos próximos. Diz o cacique Demercio a demarcação de terras é muito importante para os índios, ele relata em sua fala que, tanto os órgãos municipais, quanto os moradores locais, são contra a demarcação de terras indígenas, o cacique da Aldeia de Rio Pequeno diz que se houver demarcação de terras “tudo será liberado”, se referindo ao trabalho manual realizado na terra e as técnicas utilizadas na lavoura. Ele diz que a demarcação de terras está sendo um problema enfrentado pelos indígenas, que não estão obtendo seus direitos sobre os terrenos adquiridos, o estudo de demarcação de terras realizado evidenciou a compra do Sr. Demercio da terra onde se encontra a aldeia. Porém deveria haver uma indenização aos povos



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

originários que estenderia suas posses através da área demarcada aos aldeões, entretanto graças ao grande número de casas encontradas ao redor da aldeia de Rio Pequeno, algumas delas em situação irregular estando ao lado de rios e cachoeiras, não estão sendo possível realizar a demarcação de terras indígenas da maneira desejada pelos moradores da aldeia. A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) está se responsabilizando pelo serviço de ocupar a terra, o cacique Demercio diz que “o governo dos índios é a FUNAI”, e pergunta “como a FUNAI vai resolver o nosso problema?” ele pede o projeto de implementar escolas indígenas e a demarcação de terras sendo apontado como questão principal durante a reunião na aldeia Rio Pequeno. O Sr. Carlos Tukano presidente do conselho indígena pela parte dos não aldeados abordou os entes federados que participam ativamente da causa indígena, a FUNAI, a prefeitura de Paraty e o governo estadual. O laudo é encaminhado ao governo para que na forma de lei seja reconhecido as terras indígenas, protocolo de consulta prévia. Existem órgãos da secretaria pública que possam ter soluções dos *Juruás* (termo de origem Guarani que significa não indígena) como se estabelecer uma relação amigável, pergunta o cacique da tribo. Ele diz que é muito importante para os índios a demarcação de terras, pois os mesmos querem morar próximo dos recursos naturais, como, água, madeira e outros, assim constroem suas casas da maneira como acharem mais devida para viver. O cacique admite que exista uma relação de dependência entre eles e os *Juruás*, porém para ele a maior preocupação é com a demarcação de terras, e diz que é preciso o governo reconhecer as áreas indígenas. O veículo que está disponível na aldeia Rio Pequeno é de uso exclusivo dos anciões e daqueles que tem deficiência física e por isso encontram dificuldades de locomoção. Assim para que haja uma maior liberdade no direito de ir e vir, que é assegurado pela constituição federal, é necessário que as autoridades competentes reconheçam a autenticidade do povo indígena. O cacique explica que na cidade os terrenos já são propriedades particulares, não sendo possível a intervenção de terceiros, porém nas aldeias indígenas as pessoas sofrem com o problema da demarcação de terras, sendo realizadas obstruções no caminho até suas casas. Novamente o cacique Demercio Martine pergunta ao conselho indígena, como o governo vai resolver esse problema e como ele vai fazer isso respeitando a individualidade de cada cidadão indígena, além da questão da demarcação de terras, falta finalizarem a escola indígena e terminar o posto de saúde dentro da aldeia. O cacique não demonstra interesse em deixar a aldeia, alegando que nela existem todos os recursos necessários para viver além de seus familiares e amigos. A função do conselho de direitos indígenas é estabelecer os canais de comunicação entre o Estado e a população originária do Brasil, para que assim a sociedade civil tenha participação no processo de desenvolvimento socioeconômico. Assim a demarcação de terras indígena é importante, uma vez que se respeite o índio, também estará sendo respeitada a terra, dessa forma a família natural pode crescer, já há muitas crianças na aldeia por isso é preciso uma escolinha para alfabetizá-las. A moradora da aldeia, a Sra. Teófila fala com indignação sobre os casos de crimes graves que vêm sendo cometidos contra os povos



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

endógenos, os vizinhos da localidade eventualmente impedem a passagem dos veículos dos indígenas, alegando propriedade privada, ela conta que a delegacia não resolve os casos que aconteceram nas proximidades e desabafa com muita frustração que os índios estão sendo mortos como animais, em seu relato ela também fala que a falta de respeito com o povo originário já é antigo. A Sra. Teófila segue reclamando da situação da relação do prefeito da cidade com os indígenas, ela diz que se o prefeito criar problemas com eles “ele deve seguir rumo a Portugal” e voltar para terra de *Juruá*, pois os povos originários são os indígenas e eles necessitam espaço e da demarcação de terras. A fala vai para o Sr. Nino Benite, que passa a informação sobre a demarcação de terras que foi pedida em Brasília, ele pede para o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND) e/ou Ministério Público, defensoria pública. Em seu relato o Sr. Nino Benite conta que dia 11/06 por volta de 21h na BR Rio/ Santos entre as comunidades Quilombo do Campinho e Dependência a Sra. Paulina Parabenite foi atropelada e arremessada para longe, foi comunicado ao Fórum de Comunidade Tradicional por volta de 21:30 do fato ocorrido, assim o Sr. Nino comunicou a FUNAI e começou uma investigação com a Polícia Militar (PM). Na delegacia foi concluído que o autor do crime é Diego Monteiro de 23 anos, proprietário do veículo *Meriva* Prata, o acusado fez seu depoimento no dia 21/06, porém no momento do acidente não parou para prestar socorro. O Sr. Nino pede o depoimento das testemunhas que estavam no local na hora do caso, ele conta que na delegacia de Paraty há o registro do caso e uma investigação da perícia que comprova de fato que o veículo utilizado combina com a descrição feita, até o momento da reunião a informação passada é de que o suspeito está foragido. Nesse ponto da reunião a moradora faz um adendo sobre a falta de justiça com o povo indígena e se revolta com a ineficiência das autoridades competentes de resolver os casos cometidos contra a população aldeã. A Sra. Teófila segue em seu relato falando da luta Guarani que se faz necessária, ela quer uma resposta dos órgãos competentes e reclama que os responsáveis culpam a vítima ao invés de resolver os crimes que aconteceram, ela diz que os indígenas precisam se unir e não ficarem calados diante dos acontecimentos. O Sr. Nino Benite diz que precisa do coordenador da FUNAI para resolver a demarcação de terras e que no acampamento terra livre que aconteceu em Brasília a questão foi analisada. Através da FUNAI é necessário o encaminhamento de documentos para reconhecer a presença de Guaranis dentro das aldeias. O encaminhamento da questão da Mata Verde Bonita, o documento que precisa ser elaborado, tanto sobre a questão da educação como também da terra e o reconhecimento da aldeia indígena. Os moradores de Mata Verde Bonita precisam de um acompanhamento do governo, foi enviado um documento a secretaria, porém a influência “*Juruá*” está presente e como sempre é influenciada pelo dinheiro, não sendo colocados como ponto fundamental os interesses indígenas. O Sr. Carlos Tukano coloca em ponto a questão da aldeia de Maricá que está super valorizada, com isso o grupo espanhol não quer abrir mão da terra e assim os indígenas necessitam da ajuda da prefeitura de Maricá e da representação do Estado e de um procurador público para defender



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

a causa indígena. A Coordenadora Luana faz o pedido de uma reunião extraordinária novamente em Maricá, colocando em pauta os interesses dos indígenas e diz ser necessário ir novamente à comunidade para definir o que a maioria deseja. Há a necessidade de se retirar os ruídos dos “Juruás” que estão causando “retrabalho” assim não tornando viável o prosseguimento das políticas públicas. A aldeia de Itaipuaçu foi doada como termo de posse, em benefício da família do cacique Félix, entretanto há problemas de fornecimento de energia, água e etc... Isso foi definido no documento feito pela prefeitura. A Sra. Rosângela Nunes representante da FUNAI explica que a questão de Maricá na verdade é relativa à área de São José de Embaçaí, e que não há registro da aldeia nessas terras, foi feito um documento e encaminhado para a prefeitura de Maricá, a educação, a saúde e o benefício social são todos por conta da prefeitura, e que se deve tomar cuidado para não desconstruir o que já foi feito. A FUNAI toma cuidado para não colocar indígena contra indígena, por isso a comunidade precisa resolver entre si o caminho a ser seguido. A Sra. Rosângela diz que há necessidade de respeitar o tempo das comunidades. Além disso, em seu depoimento relata que o cacique da aldeia Rio Pequeno o Sr. Demercio Martine comprou as terras ali estabelecidas, e que o termo de compra está na FUNAI e garante os direitos indígenas sobre a terra. Existe um roteiro de qualificação para garantir a demarcação de terras e um grupamento de demarcação de terras, com isso a prefeitura de Maricá juntamente a FUNAI colocaram as terras sob ordem dos órgãos responsáveis. O estudo preliminar que foi feito em Rio Pequeno garantiu a terra do cacique Demercio, dado o fato informado de que ele comprou aquelas terras já há muito tempo, porém há muito interesse na questão da terra graças à especulação imobiliária. Porém o desenho proposto não dá a entender que o estudo foi pré- elaborado, a contestação dos vizinhos vai começar uma disputa jurídica, já que o cacique da aldeia comprou o termo de posse. A intervenção pública pode frear o desmatamento, porém não há amparo do município, “Paraty parece às vezes não querer os índios na terra” alega o Sr. George Mendonça Martins, em seu depoimento ele conta sobre a importância da participação do Estado na aldeia, e diz que se preocupa que o documento elaborado na reunião não chegue às autoridades responsáveis. Ele fala sobre a presença do IBAMA na aldeia Rio Pequeno e diz ser necessária uma aliança entre indígenas e o conselho, há necessidade de comunicação entre o conselho e os índios. O Sr. Nino Benites afirma que o conselho indígena vai continuar existindo, e explica qual a real necessidade dele se fazer presente, pois só assim é possível se estabelecer comunicação entre os indígenas e os agentes do governo. A Sra. Marize fala da importância da existência de um conselho indígena unindo os aldeados e não aldeados, ela fala sobre a questão da existência de um conselho de direitos indígena forte e unido pelo interesse de proteger as aldeias e os demais em situação urbana. O Sr. Sérgio Ricardo aborda a questão da infraestrutura e do saneamento, onde há uma deliberação do conselho feito por unanimidade onde pretende lutar para garantir a terra, preservar o meio ambiente e incluir as minorias. O conselho necessita reafirmar o trabalho da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), é necessário



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

um interlocutor qualificado para realizar o trabalho de políticas públicas, para que assim não sejam feitos novos processos de favelização dos povos originários, para que se tenha uma qualidade de vida condizente com os direitos humanos, que devem ser assegurados pelo Estado. A formação dos conselheiros, em Curitiba, capacitação dos conselheiros, a SESAI tinha controle dos recursos, agora foi passada para o ministério da saúde. Como a secretaria não tem mais a gestão dos recursos, então ocasiona num entrave para a saúde indígena. Há necessidade de carros, motorista, representantes, parceiros e etc. A van está sendo negociada para ir ao ato em Curitiba, enquanto o ministro e a secretaria ainda não aceitaram as exigências dos indígenas. Comissões, encontros da área de Educação, Paraty Mirim não se fez presente por questões de logística, CEDIND e a Secretaria não consegue aumentar seu orçamento e assim necessita readequações. Houve a extinção dos conselhos criados por decreto, o fórum de presidentes também foi extinto, agora o debate dificilmente chega a órgão federal, o ministro da Saúde não tem ligação com a SESAI, a situação necessária para reivindicar os direitos que deveriam estar sendo disponibilizados pela SESAI. O cacique Demercio pediu a placa de identificação da Aldeia Rio Pequeno, além disso, é requisitada outra reunião em Bracuí para Setembro. O setorial do CEDIND vai passar em todas as aldeias do Estado, Araponga, Paraty Mirim, Bracuí, Iriri, Rio Pequeno e São José de Embaçaí, para fazer esse levantamento do que é necessário dentro das comunidades tradicionais, o que os indígenas pedem dentro da aldeia. Em teoria estaria entrando recursos para os colégios e escolas, porém a conselheira Marize Vieira ainda não percebeu de fato a melhora na educação indígena e pergunta, quanto de recurso foi captado, e o quanto não foi efetivamente utilizado, por que não vemos esses recursos destinados a educação indo para as escolas indígenas, mesmo entrando dinheiro para a educação, ainda há falta de professores indígenas, assim, ela pergunta, o que falta para de fato haver uma melhora na educação indígena? Ela diz que mesmo com a falta de professores de português e matemática os alunos continuam se formando, ela exige uma política de compensação para os alunos que se formaram sem as aulas necessárias, matérias importantes, como português e matemática, não podem ser dispensadas. A Sra. Ronia, diretora do Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda, diz que viu muita coisa que não concordava, ela constatou, que a SEDUC não parecia ter ciência do que estava acontecendo dentro do colégio indígena. Ela diz que muito do que ela esperava que mudasse não mudou, e assim ela chegou a diretoria de educação, e lá ela pode expor a realidade da causa indígena, calendário irregular, terminando dia 31 de Maio, o calendário escolar da escola indígena não bate com o do restante das escolas, ela conseguiu apoio de um parlamentar para tentar readequar a situação. A diretora do colégio indígena analisa a demora dos professores indígenas serem contratados se dá graças ao esquecimento do Estado com os indígenas. Estão consertando muitas coisas, e uma das situações dos contratos foram melhoradas, porém ela diz que a situação da educação indígena no Estado do Rio é a pior do Brasil, o professor indígena não é formado em Guarani, por isso está tendo



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

dificuldades para dar aula para os alunos, é necessário por questões de pedagogia que os professores indígenas tenham alfabetização em Guarani. Ela relata que a direção da escola foi ouvida pela primeira vez, que quem pisa nas aldeias para ouvir os indígenas são os diretores da escola indígena, a Sra. Ronia diz que haverá novas contratações de professores tanto indígenas quanto “*Juruás*” para trabalharem em conjunto na alfabetização das crianças indígenas. Araponga também irá começar a obra agora diz ela, e conta que há uma oferta de trabalho para trabalhar nas escolas indígenas tanto dos indígenas quanto dos não indígenas. Araponga também irá começar a obra agora diz ela, e ela conta que há uma oferta de trabalho para trabalhar nas escolas indígenas tanto dos indígenas quanto dos não indígenas. Ela conta sobre a existência da competição e da concorrência entre as pessoas, ela conseguiu professores tanto para Paraty Mirim quanto para Araponga, e diz que o trabalho está em operação e espera em breve ter escolas funcionando tanto em Rio Pequeno quanto Araponga, e diz haver necessidade de se conhecer as quatro aldeias que tem escolas, Tava Mirim, Araponga, Bracuí, Itaipuaçu e Iriri. Ela relata que agora a Secretaria está olhando para os indígenas com outros olhos, e que agora estão conhecendo os caciques e representações indígenas, o que a emociona, pois já escutou muita coisa e agora a visão está diferente, ela conta que o Ministério Público quer ver a sala de aula funcionando, e relata a mudança de postura dos órgãos, que antes não enxergavam a causa indígena, porém agora o Estado está trabalhando para atender as necessidades dos indígenas, que tem a cultura diferente, entretanto merecem respeito como qualquer outra pessoa, e que o tratamento para as escolas indígenas deve ser igual a todas as outras escolas, buscando um ensino de qualidade, aberta para o diálogo, parceria e buscar dar o seu melhor, e que seja minoria, e que a escola deve ser respeitada como instituição. Há necessidade de respeito, de compreensão com o povo indígena, e olhar o todo, ver o bem da escola, vê-la crescer, vê-la caminhar e assim quando a educação chegar a Araponga poderá ter a participação de todos.

Eu, Monalyza Ferreira Alves Pereira (ID: 4325704-6), lavro a presente ATA com a outorga de todos.